

AGROECOLOGIA E OS TERRITÓRIOS DO MOVIMENTO: DA TRANSIÇÃO E SOLIDARIEDADE AGROECOLÓGICA À EMANCIPAÇÃO FEMININA NA AMAZÔNIA PARAENSE

AGROECOLOGY AND THE MOVEMENT TERRITORIES: FROM AGRICULTURAL TRANSITION AND SOLIDARITY TO FEMALE EMANCIPATION IN THE PARAENSE AMAZON

José Sobreiro Filho
Bruna Gonçalves Costa
Anderson Antônio Silva

Resumo: Neste texto debatemos a agroecologia como exemplo de política contenciosa territorial construída a partir de duas experiências agroecológicas situadas no nordeste paraense e na Região Metropolitana de Belém (RMB). A partir destas experiências tentamos desvelar como a transição agroecológica, no contexto da política de escalas, extrapola a escala do lote e produz efeitos ecossistêmicos positivos ao conjunto da sociedade. As sete seções que compõe o texto são resultado de pesquisa empírica de campo e oferecem uma leitura dos conflitos regionais no campo partindo da análise da questão agrária na Amazônia. O debate sobre a política contenciosa territorial trata-se do ponto de vista da política de escalas de um exercício que permite pensar como a autonomia é processualmente construída no nível micro: a partir do espaço cotidiano do lote, envolvendo o trabalho, família produção e sociabilidade; no nível meso: desde o espaço da ação coletiva: movimentos, cooperativas, associação, redes e ações de grupos e no nível macro: com o espaço da ação política societária, das lutas gerais contra fragmentação, pelas novas gerações, pelo outro e pelo planeta.

Palavras-chave: agroecológica. questão agrária. movimentos socioterritoriais. Resistência. confronto político.

Abstract: This article presents a debate on agroecology as an example of territorial contentious politics from two agroecological experiences located in the northeast of Pará state and in the Metropolitan Region of Belém (RMB). From these experiences we try to reveal how the agroecological transition processes, in the perspective of the scales policy, go beyond the properties and create positive ecosystemic effects to whole society. The seven sections that compose this article are the results of empirical research and offer a perspective about regional conflicts based on the analysis of the agrarian question in the Amazon. The debate on the territorial contentious politics is an exercise that allows us to think about how autonomy is procedurally built at the micro level: from the daily of the rural property, involving work, family production and sociability ; at the meso level: from the space of collective action: movements, cooperatives, association, networks and group actions; and at the macro level: with the space of corporate political action, of the general struggles against fragmentation, for new generations, for the "other" and for the planet.

Keywords: agroecology. agrarian question. socioterritorial movements. Resistance. contentious politics.

1. Introdução

A atualidade tem sido marcada pela crise da produção de alimentos como expressão de uma questão agrária capitalista insustentável. A “modernização” do campo brasileiro conduziu a sociedade a um modelo de consumo subordinado ao capitalismo e com intenso uso de agrotóxicos. Contudo, a agroecologia tem emergido como proposta de modelo de produção-consumo do espaço/territórios que provoca e faz emergir perspectivas antagônicas. Embora valorize lugares e territórios, muitas de suas experiências têm sido trocadas por meio de redes globais de ofensivas e resistências políticas (SOBREIRO FILHO, 2016), evidenciando a imprescindibilidade do intercâmbio de práticas e ideias. Assim, emergem territórios de transformações preocupados em estarem na dianteira da mudança, a agroecológica, e, portanto, à frente de seu tempo, embora saibam que para alcançar este feito, muitas vezes, é necessário se reconectar com práticas, modelos, técnicas e saberes do passado.

Apresentamos nesse estudo um exemplo de política de escala (SMITH, 2002) que nasce no contexto internacional da Via Campesina (DESMARAIS, 2013) e se espacializa no Brasil com as ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atendendo às particularidades dos biomas. A luta e transformação de territórios em parceria com aliados (Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), quilombolas etc.) se fazem essenciais para fortalecer as articulações reivindicatórias, pois estes construíram em suas histórias uma agenda comum pela soberania na Amazônia.

Consequentemente, a agroecologia surge não apenas como uma forma de agricultura, mas como prática(s) que busca atender a complexidade do respeito à vida, aos saberes, à sociedade, ao ambiente etc. Durante os trabalhos de campo realizados, observamos os lotes agroecológicos como expressões de territórios envolvendo questões econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais (FERNANDES, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016), onde os agentes envolvidos compreendem os recursos locais como estratégias de luta e resistência. Essas estratégias, por sua vez, estão voltadas principalmente para a segurança e soberania alimentar popular, atreladas ao debate agroecológico (ALTIERI, 2010) visando oferecer e melhorar a qualidade de vida dos povos do campo, da floresta, das águas e da cidade.

Nesse *interim*, a agroecologia tem emergido entre como uma alternativa que rompe a barreira entre o conhecimento científico e o tradicional, pois une ambos em prol do desenvolvimento territorial e popular (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005). Além da segurança e soberania alimentar, destacamos a agroecologia como princípio do processo de

emancipação feminina no campo, uma vez que as mulheres historicamente praticam a agricultura para fins de subsistência (FEDERICI, 2017). Essas são as responsáveis diretas pela reprodução da mão de obra no campo e reconheceram que ao praticar a agroecologia confrontam o modo capitalista de produção e o patriarcado, sendo estes indissociáveis, bem como apresentam Federici (2017; 2019), Fraser (2006), Saffioti (2013) e diversas outras autoras que debatem sobre a luta feminista interseccionada com a luta de classes.

O processo de transição agroecológica adotada por camponesas e camponeses é uma política contenciosa territorial, haja vista que denota uma “[...] negação da matriz tecnológica e de produção dominantes” (CARVALHO, 2007, p. 4). As análises de Pahnke (2015) sobre experiências agroecológicas do MST no Brasil desvelam como que os camponeses e agroecologia constituem-se em ‘forças de oposição’. Assim, a difusão da prática agroecológica tem sido um dos maiores confrontos ao avanço da razão neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2016) e de sua territorialização no campo. Enquanto a Agroecologia objetiva atender à demanda popular de alimentos com responsabilidade socioambiental, o agronegócio tem alcançado e disputado espaços e biomas com o objetivo de produzir *commodities*.

Tais entendimentos, considerando que os movimentos socioterritoriais apresentam-se no espaço-tempo como relevantes organizações capazes de pensar a identidade do espaço em sua plenitude, como demonstra Santos (1996, p. 50) na busca de uma definição plena, permite visualizar como que a política contenciosa territorial, construída pelas transformações socioterritoriais desenvolvidas a partir das experiências agroecológicas camponesas que o artigo apresenta, oferecem fundamentos teóricos-metodológicos para discutir um modelo de desenvolvimento construído a partir dos camponeses: o desenvolvimento socioterritorial. Intelectuais orgânicos, pesquisadores, camponeses em sua diversidade, indígenas etc. têm se dedicado a compreender esse processo e estabelecer disputas explicativas com composicionalidades conceituais dotadas de justiça social a partir de distintos paradigmas. A disputa de territórios materiais e imateriais entre diferentes agentes em conflito, com cunhos ideológicos e com propósitos de desenvolvimento agrícola diferenciados tem avançado nas ciências (FERNANDES, 2009). É nessa lógica que questionamos: O que é a Agroecologia para os camponeses amazônidas? Qual a importância de praticá-la? O que ela significa para a Amazônia? Seria a Agroecologia uma questão territorial na Amazônia paraense?

As experiências de transição agroecológica aqui apresentadas deixam claro que a agroecologia devolve, tanto aos camponeses quanto à sociedade, o controle de relações sociais sequestradas pela crença do mercado livre (POLANY, 2000). Crença que se separou das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma (“auto regulável”) que pretende dominar o

resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. Temos que estar atentos ao fato que as transformações agroecológicas extrapolam a escala do lote e, de certa forma, produzem efeitos ecossistêmicos positivos que interessam ao conjunto da sociedade. Afinal, segundo Primavesi (2002), o solo tem vida e os camponeses por serem trabalhadores e deterem os meios de produção dependem da preservação do seu patrimônio produtivo, o que lhes permite devolver a vida ao solo, interrompendo desequilíbrios ecológicos provocados por práticas outras. Desse modo, apresentamos uma breve análise das práticas agroecológicas e suas influências nas diferentes dimensões territoriais, bem como os desafios enfrentados pelos camponeses e camponesas no nordeste paraense e na RMB a partir do estudo de caso do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO) e o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO).

A análise apresentada se constitui a partir dos trabalhos de campo e foram aplicadas entrevistas semiestruturadas embasadas na perspectiva da história oral com os assentados que promovem as experiências agroecológicas como parte da luta camponesa. Em virtude disso, analisamos os conflitos regionais no campo partindo da análise da questão agrária na Amazônia diante dos últimos posicionamentos do Governo Federal e do Governo Estadual a fim de compreender quais são os enfrentamentos do campesinato na prática agroecológica. Evidenciamos as “vozes” das lideranças com a finalidade de provocar reflexões iniciais da agroecologia como transformação dos sujeitos, das lógicas e da compreensão do espaço-tempo. Buscamos fazer uma breve análise a partir da experiência dos camponeses do MST e compreender suas ações ao propor uma agroecologia solidária, emancipatória para as mulheres camponesas, de valorização do trabalho e de luta por soberania alimentar popular.

2. A questão agrária na Amazônia paraense

A produção capitalista do espaço agrário da Amazônia paraense tem em suas bases histórico-geográficas expressivas relações de disputa territorial “conciliadas” por métodos violentos (SOBREIRO FILHO, 2019), ou seja, a disputa territorial sempre fora caracterizada pela conflitualidade. Em um primeiro momento encetada pela colonização (SANTOS, 2001) e, a *posteriori*, por meio da implementação da propriedade privada, fato que conferiu de modo mais intenso desigualdades, contradições e a violência à questão agrária (HÉBETTE, 2004).

Historicamente o latifúndio compôs e promoveu parte substancial das distorções socioespaciais que configuram a questão agrária no estado e apesar de compartilhar diversos fatores com outros espaços submetidos às relações capitalistas, a fronteira lhe confere um caráter singular (MARTINS, 1996). Isso quer dizer que há um fenômeno político, econômico, social, cultural e ambiental que pulsa de modo peculiar no cerne da questão agrária contemporânea na Amazônia e que a coloca em condição única no mundo. As grandezas e as intensidades não se restringem à

natureza, povoam as relações socioespaciais e, sobretudo, as mais perversas como a exploração, a degradação, a violência, a expropriação, a acumulação etc.

Segundo Sobreiro Filho (2019, p. 4), na Amazônia paraense há uma “forte disputa territorial e desigualdade na correlação de forças do capital frente à uma ampla diversidade de sujeitos políticos”. Martins (1981), já expressava a existência da disputa por terras entre “grandes empresas multinacionais e posseiros pobres; entre os fazendeiros tradicionais e os mesmos posseiros; entre as próprias grandes empresas; entre grandes empresas e índios; entre índios e posseiros; entre arrendatários e índios” (p. 109).

No entanto, novos sujeitos entraram em cena à medida em que as relações de extração e produção do capital se complexificaram. O jogo entre os dominadores, os “dominados” e os que resistem à sujeição vem se tornando cada vez mais complexo e envolvendo diferentes sujeitos em conflito: os latifundiários e as elites; os madeireiros; os garimpeiros; o agronegócio; mineradoras; hidrelétricas; os camponeses (assentados, seringueiros e outros extrativistas, sem terras, colonos, posseiros, quilombolas, ribeirinhos, etc.); arrendatários; empresas; o capital financeiro; o Estado (Federal, estadual e municipal); os movimentos socioterritoriais (sem terras, atingidos por barragens, atingidos pela mineração, pequenos produtores, ribeirinhos e quilombolas); os indígenas; dentre outros. Outro produto da fronteira que confere significado singular à questão agrária amazônica se evidencia nas próprias dificuldades das leituras promovidas pela Ciência, visto que a diversidade de características físicas e sujeitos também significam enormes limitações à realização de uma análise dicotômica entre os debates ambiental, político, agrário, urbano, energético etc. A convergência de diferentes modos de vida e produção explicitam a existência de formas distintas de se relacionar e construir territórios. Isso porque essa diversidade explicita também a existência de intencionalidades diferentes das lastreadas na razão capitalista e embora existam conflitos intra-classes, aqueles encetados pela lógica do capital assumem uma outra feição na correlação desigual de forças.

Embora o Pará, disposto em 144 Municípios e com mais de 8 milhões de habitantes, se caracterize como a segunda maior unidade federativa do país, somando 124.576.000 hectares e representando cerca de 22,7% da Amazônia Legal, o acesso à terra tem se tornado cada vez um elemento motivador de conflitos. No entanto, é fundamental destacar que os conflitos compreendem o processo histórico de ocupação e ampliação da fronteira intensificado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX com o período da borracha (SCHMINK & WOOD, 2012). Além disso, outra política que impulsionou os conflitos esteve ligada à propaganda ideológica da ditadura militar que concebia a Amazônia como um “vazio demográfico” e que era

fundamental levar homens sem terras para “terras sem homens”, embora os amazônidas nunca tenha tido dúvidas sobre o quão vazia era a tese do “vazio demográfico”.

Segundo Castro (2016) e Ribeiro (2005), a partir da década de 1960, o incentivo à ocupação na Amazônia se deu através da abertura e consolidação de rodovias, incentivos fiscais e de crédito, bem como investimentos em infraestrutura. Nesse contexto, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S.A (BASA), Superintendência da borracha (SUFRAMA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido (CPATU) foram criados.

Essas entidades, embora estabelecidas sob o discurso desenvolvimentista, tiveram como viés prioritário a dimensão econômica em um momento político em que os estados amazônicos passavam por uma perda de autonomia em sua jurisdição institucional (RIBEIRO, 2005). O governo investiu em pesquisas e proporcionou à Amazônia uma visibilidade que contribuiu apenas para a abertura da região ao capital, permitindo que os recursos naturais fossem cada vez mais explorados. Essas políticas não tiveram responsabilidade com o ambiente e a população. Pelo contrário, esta disputa territorial acarretou diferentes cenários de violência e problemas que foram desde trabalho escravo, desastres e até chacinas (CASTRO, 2016).

As ações promovidas pelas políticas institucionais tinham o objetivo de oferecer e gerir a exploração das matérias-primas e da terra em parceria com as oligarquias e empresas nacionais e transnacionais, tendo como pretexto e discurso a geração de desenvolvimento econômico e a necessidade da integração aos auspícios da colonização predatória. Apesar de percebermos maior preocupação com as políticas sociais durante os governos pós-neoliberais, as políticas de infraestrutura voltadas para a região amazônica resultaram em grandes impactos socioambientais, dessa vez com instalações de hidrelétricas, projetos de mineração e o avanço da fronteira agrícola trazendo consigo o agronegócio, suas ramificações e “razões”. Nesse sentido que a Amazônia foi concebida como “território planejado exogenamente”, com caráter “conservador” e “ineficaz social e ambientalmente” (CASTRO, 2016, p. 244, 251).

Apesar dos diferentes projetos nacionais propostos pelas mudanças de governo, a questão agrária na Amazônia paraense sempre foi alvo de um discurso desenvolvimentista que apenas favoreceu ao capital predatório, colonizador e violento. Essa proposta de desenvolvimento, que é unidimensional e excludente, voltou a se difundir com mais afínco após o golpe de 2016, momento de ataque à democracia (SOBREIRO FILHO; et al, 2018), e se intensificou com um discurso conservador e elitista após as eleições de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro. Ao analisar as medidas mais recentes do governo federal, destacamos o processo de intensificação da exploração

dos recursos naturais na Amazônia expresso em algumas ações mais nítidas: 1) Em 27 de fevereiro de 2019 o Governo Federal divulgou a Instrução Normativa Nº 9 no Diário da União, facilitando os procedimentos de repasse das delegações de licenciamento ambiental atribuídas até então ao IBAMA para a responsabilidade dos órgãos ambientais municipais e estaduais, previsto em lei desde 2011; 2) Em 11 de junho de 2019 foi aprovada o PL Estadual 129/2019, que objetiva alterar o processo de regularização fundiária do Pará. A medida foi proposta pelo Governo do Estado, sob o mandato do governador Hélder Barbalho (MDB), e refletiu a intencionalidade de beneficiar o latifúndio e o agronegócio, bem como a tentativa de desmobilizar a luta pela terra da classe camponesa; 3) Em 6 de fevereiro de 2020 foi apresentada a PL 191/2020, que visou regulamentar a exploração de terras indígenas pelo agronegócio, pelas hidrelétricas e pelo garimpo. Isso quer dizer que os 43 territórios indígenas do Pará poderão ser explorados com a autorização governamental.

Contudo, essas ações governamentais apenas se somaram ao processo de incentivo ao agronegócio e ao latifúndio que, influenciados pela onda pós-fascista do Brasil (TRAVERSO, 2019), amplificaram a devastação ambiental na tentativa de avançar com o maior projeto para a Amazônia: o agronegócio. Este vem demonstrando sua força a longo prazo, pois desde o segundo semestre de 2018 até julho de 2019 houve crescimento de 41% no desmatamento, que resultou em 386.200 hectares degradados em apenas um ano segundo os dados Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Posteriormente, durante os meses de julho e setembro de 2019 houveram queimadas com evidências de crime no respectivo bioma. Nesses meses o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibilizou em dados públicos apresentando que as queimadas atingiram cerca de 4.547.800 hectares da Amazônia brasileira.

Essa devastação ambiental levou vários movimentos socioterritoriais às ruas de Belém do Pará para se manifestarem contra a degradação, as queimadas e criticar as omissões e a políticas do governo Bolsonaro (FERNANDES et. al. 2020). Dentre uma ampla diversidade de movimentos, destacou-se a presença da articulação crítica em defesa da Amazônia composta pelo MST, MAB e lideranças indígenas, além de partidos políticos, ativistas, religiosos e coletivos. Com essas entidades e sujeitos deu-se início à campanha global “Salve a Amazônia”, que na capital paraense, no dia 24 de agosto, promoveu a manifestação “Amazônia na Rua” trazendo pautas como: grilagem; uso de agrotóxicos; mineração; genocídio negro e indígena; a exploração ilegal de madeira; e a política genocida e devastadora do governo Bolsonaro.

Em outras palavras, podemos dizer que a questão agrária amazônica tem se tornado ainda mais problemática em decorrência do arrefecimento da conflitualidade promovida após o início do Governo Bolsonaro. Dentre os 7 estados da região Norte, o Pará possui 61% das ocupações de

terra e 52% dos assentamentos rurais, com 292.296 famílias assentadas, distribuídas em 20.041.829 hectares (SOBREIRO FILHO, 2018). Além disso, como reflexo do processo de resistência e organização dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra na Amazônia paraense, num período de 7 anos ocorreram 983 manifestações do campo no estado, ou seja, a luta e a disputa, embora desigual e violentamente reprimida, é pulsante e resiste. As estatísticas, evidenciam a resistência contra os ajustes espaço-temporais impostos pela lógica drenante das novas formas de extrativismo, comandadas pelas redes imperiais (YE et al. 2019).

Ao tratarmos da estrutura fundiária do estado do Pará, Sobreiro Filho (2019) nos alerta para a limitação dos dados, grilagem, tentativas de legitimação, sobreposição das áreas e a falta de fiscalização das terras públicas. Por exemplo, com área superior a 27 milhões de hectares declarados e concentrados em apenas 56 imóveis, o autor destaca a disputa dos latifundiários para concentrar cada vez mais terras e em dimensões que superam a áreas de países europeus. Em muitos casos estas áreas têm vínculos com diferentes formas de violência impostas pela ideia de “propriedade” na Amazônia e tem favorecido a territorialização do agronegócio.

Entre as causas e consequências desse processo conflituoso de disputa territorial, destacamos a prevalência da política entreguista em escala nacional (FERNANDES, et al., 2020) e estadual. Além dos parlamentares críticos e progressistas do Pará somarem uma minoria, ainda existe uma maioria que tem historicamente se alinhado aos interesses da exploração dos territórios do estado. Entre os 257 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o Pará é formalmente representado por 8 deputados, sendo eles representantes de partidos comprometidos com as agendas liberal (1990-2002) e neoliberal (2003-presente), tais como: do PSDB, PSD, MDB e PTB, bem como 1 senador do PSC. Assim, ao se alinharem aos objetivos do Governo Bolsonaro, dos latifundiários e oligarquias e das grandes empresas voltadas para o agronegócio e a mineração, evidencia-se a realização de uma política entreguista que não propõe projetos que atendam às demandas locais, pois como apresenta Sobreiro Filho (2019), o agronegócio se dedica à produção de *commodities* para a exportação de forma simultânea à expressiva diminuição da produção de alimentos no estado.

Assim, entendemos que a questão agrária da Amazônia paraense se localiza em meio a contradições entre os interesses do capital e a luta contra-hegemônica, ou seja, entre as imposições do modo capitalista de produção e as formas de resistência que são propostas através da luta de classes de caráter decolonial. Diante dessa redoma conflituosa, enfatizamos também as perspectivas contra-hegemônicas que nascem em escala global com a Via Campesina (DESMARAIS, 2013) e que na Amazônia oriental são especialmente representadas pelo MST, advogando a reforma agrária popular e as condições para que os camponeses consigam construir sua autonomia a partir da

produção agroecológica. É nesse contexto que localizamos as experiências analisadas sobre a produção agroecológica no Pará, ou seja, com o fito de avançar e reconhecer que estas práticas são criadas em confronto com o agronegócio na região.

Desse modo, experienciamos as imposições arquitetadas tanto pela razão neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2016), construída em meio a globalização neoliberal (MASSEY, 2011) em confronto com as resistências criadas pelas comunidades locais. A conflitualidade, definida por Fernandes (2004, p. 2) como “um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” é uma expressão da territorialização do capitalismo na Amazônia rural, onde os ataques ao campesinato se originam do latifúndio, do Estado e do agronegócio. Este último, catalisa a difusão do uso de agrotóxicos, o monocultivo e a pecuária extensiva. Doutro lado, tomando a concepção da conflitualidade como atributo da produção do espaço e qualidade/faculdade humana (SOBREIRO FILHO, 2016), a agroecologia emerge como uma política contenciosa imprescindível para os povos amazônidas e a Amazônia como um todo.

O agronegócio e suas “razões” vêm se caracterizando como o principal grande projeto proposto pelo capital para a região amazônica. Com origens em empresas nacionais e multinacionais e tendo como gênese a simbiose articulação, disputa e negociação entre o latifúndio e a lógica neoliberal, sobretudo do capital financeiro, expresso no agronegócio, esta relação capitalista perversa e “enjovelhecida” explora, subordina, espolia e violenta com destreza o espaço, os territórios, a natureza, o trabalho, os saberes, as imagens, os sentimentos e, conseqüentemente, as diferentes formas de vida. Sobre as multinacionais, financeirização e capital estrangeiro, Rosa Luxemburgo (1985, p. 227-252) já discutia a necessidade do capitalismo se apropriar de algo externo perante seu modo de produção/reprodução expansivo. Contudo, as tentativas de converter o “modelo de governança da terra” (WOLFORD et al., 2013), praticado por camponeses, quilombolas e indígenas, tornaram-se ainda mais violentas.

Tendo em vista a difusão mundial de uma agricultura industrializada insustentável proposta pelo agronegócio, que está impactando negativamente na biodiversidade regional, a soberania territorial e alimentar no Pará e a agroecologia se reafirmam enquanto possível saída para a convergências de crises globais, agudizadas pela pandemia:

“[...] a única solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge no modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar.” (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 11)

3. Transição agroecológica: resistência e confronto político

A transição agroecológica, apesar de ainda não ter um aprofundamento teórico na Geografia sobre sua associação a movimentos socioespaciais e socioterritoriais, revela sua prática como ação de resistência na produção de espaços/territórios contra-hegemônicos e subversivos. As dimensões da transição agroecológica interagem e mantém diálogos de convergência com a defesa do direito à alimentação defendido pela Via Campesina e MST.

Nascida nos espaços de socialização política do MST, desde os acampamentos, a transição agroecológica compreende dimensões competentes ao projeto de reforma agrária popular que se fundem numa agenda comum. Isto é, algumas de suas dimensões centrais, como a cultural, por exemplo, são importantíssimas para a prática dos princípios agroecológicos com a conquista da terra e tem seu início durante a fase da “luta pela terra” nos acampamentos. Ou seja, a política contenciosa territorial do MST é essencialmente atrelada aos princípios da agroecologia defendidos por Gliessman (2000) e Altieri (2002) à medida em que propõem o uso da expressão “sistema agroalimentar” como forma de pensar os efeitos da transição na escala da produção do lote e no processamento, distribuição de recursos, e na comercialização de produtos em uma região/país. É dessa convergência entre os princípios da transição agroecológica e a racionalidade ecológica camponesa que Friedman (2016) e McMichael (2016), destoando de Bernstein (2016), aventam o campesinato como alternativa ao regime alimentar corporativo por comportar temas como: gênero, raça e classe.

Como uma ciência, a Agroecologia tem contribuído para o desenvolvimento de técnicas agrícolas sustentáveis e para o avanço das ciências agrárias. Ademais, a prática agroecológica carrega, indissociável ao debate político, temáticas como soberania alimentar e territorial, combate à fome, ética, responsabilidade com a vida, enfrentamento ao uso de agrotóxicos, respeito à natureza e valorização dos saberes tradicionais e locais.

As ponderações sobre agroecologia ressurgem no final da década de 1970 com a crise ecológica do campo enquanto processo de “redescobrimento” de práticas sustentáveis. Isso ocorreu porque, de acordo com Guzman Casado et al (2000), o conhecimento popular das práticas de princípios agroecológicos se desvalorizou com o advento da Ciência Moderna que se pautava num viés positivista e industrial. A política nacional influenciada pela discussão mundial de produção agrícola e combate a fome tinha iniciado na década de 1960, no bojo da Revolução Verde, a implementação de pacotes tecnológicos e maquinário no campo (CASADO et al, 2000; DESMARAIS, 2013; BRANDENBURG, 2002; ALTIERI, 1998).

A modernização da agricultura que surgiu como uma proposta de aumento da produção agrícola para suprir as necessidades de abastecimento alimentício, apenas facilitou a territorialização

do capitalismo agroexportador, priorizando monoculturas e a produção de *commodities* (MENDONÇA, 2010). Isso quer dizer que o projeto agrícola proposto não cumpria sua função social. Atrelado a isso, destacamos os problemas ambientais ocasionados pela prática comum do *agribusiness*, como o uso intensivo de agrotóxicos impactando negativamente os solos, as águas, o clima e variadas formas de vida (ALTIERI, 1998; 2010)

Mézáros (2007) nos alerta que ao refletirmos sobre um futuro para a sociedade global, pois devemos pensar num desenvolvimento que seja sustentável. Defende que diante da crise estrutural do capital é impossível pensar em sustentabilidade já que por si o capitalismo acarreta destruição/autodestruição. Sendo o agronegócio um projeto que nasce no bojo desse sistema, os discursos difundidos por ele sobre preservação ambiental são duvidosos e incoerentes. Neste contexto, a agroecologia passa ganhar formas de prática, resistência e protagonismo, haja vista sua difusão enquanto ciência, ativismo e política contenciosa.

Para Sevilla Gusmán (2011, p. 13), a agroecologia pode ser definida como *“el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria”*. Partindo desse princípio, Tilly (2000) explica que as ações coletivas são regidas por interesses em comum, podendo, em determinado contexto, assumir posição de cooperação ou conflito. Do mesmo modo, a prática agroecológica possui diferentes formas de abordagens e incentivos que, por exemplo, de um lado pode ser solução para determinadas mazelas sociais no que diz respeito à soberania alimentar e qualidade de vida popular, mas por outro pode ser considerada um obstáculo na concorrência mercadológica, ocupando espaços e disputa por territórios para a produção e comercialização dos produtos.

Caporal (2011) defende que a Agroecologia é uma ciência e um estilo de agricultura em transição que está em constante desenvolvimento através do avanço das técnicas e dos conhecimentos científicos, que tomam como base e integram aos processos de manejo os saberes tradicionais, embora critique a abordagem da agroecologia como agricultura alternativa ou movimento social. Em contrapartida, Brandenburg (2002) defende que a agroecologia surge como parte de um movimento ecológico que se apresenta originalmente como uma agricultura alternativa que abarca diferentes grupos de pessoas entre agricultores de elite, técnicos em ciências agrárias e camponeses. O autor ainda afirma que *“O movimento agroecológico é um contramovimento ao domínio da lógica industrial de produção”* (ibidem, p. 13).

Não obstante, Costa et al (2015) apresenta que, apesar de não ter como principal pauta os problemas sociais enfrentados no campo, a insurgência do movimento agroecológico trouxe uma confrontação direta aos modelos de agricultura dominantes. Os povos tradicionais historicamente já praticam técnicas ecológicas e que, por sua vez, também já eram repassadas e conservadas de

forma oral no campesinato (GUZMAN CASADO et al, 2000). Entretanto, para Sevilla Guzmán e Molina (2005) e Desmarais (2013) as circunstâncias de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar fizeram da agroecologia uma pauta defendida pelo campesinato, tendo como finalidade principal a subsistência, a produção diversificada e qualitativa, resultando em soberania alimentar popular. Assim, a prática da agroecologia tem como base o confronto ao modo de produção, pois apesar de ser fundamentada nas práticas agrícolas dos povos tradicionais, é a partir do advento modernização da agricultura que a transição agroecológica passa a disputar os mercados (BRANDENBURG, 2002).

Com base na dicotomia entre esses dois projetos propostos para o campo (Agronegócio e Agroecologia) que falamos de confrontos políticos e práticas de resistência. Os confrontos políticos nascem em ações de sujeitos com objetivos em comum que se aliam na disputa pelas ideias e práticas na luta por oportunidades políticas (TARROW, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016). Para entender essas formas de mobilizações vamos ponderar, *a priori*, o contexto global e nacional relacionadas políticas agrícolas e distribuição da produção, para que em seguida possamos vincular às suas causas e suas consequências para a Amazônia paraense e o contexto em que as experiências dos lotes agroecológicos visitados durante esta pesquisa se encontram.

Em 14 de dezembro de 2018 entrou em vigor a aprovação das Diretrizes Brasileiras para o tratamento de intoxicação por agrotóxicos, via o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que os principais intoxicados são os trabalhadores do campo que cotidianamente manuseiam os agrotóxicos. Além disso, considera-se a intoxicação da massa popular que usa inseticidas domésticos e que também pode ser intoxicada por contato indireto, via ingestão de água contaminada, alimentos contaminados e entrada em lavoura após a aplicação do agrotóxico.

Tal medida chama atenção devido à conjuntura política de favorecimento ao uso de agrotóxicos na agricultura que se intensifica a cada ano. Segundo os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2019 foram registrados 439 agrotóxicos e afins no país. De acordo com o Relatório de Comercialização de Agrotóxicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2018 o Pará foi o segundo estado com a maior comercialização de agrotóxicos na região Norte, totalizando 9.003,44 toneladas de ingredientes ativos comercializados, ficando atrás somente de Rondônia.

Embora a leitura reducionista de que a agroecologia se trata apenas do consumo de alimentos sem veneno deva ser combatida, com a pandemia de 2019-2020 a importância do sistema de produção agroecológico no contexto do *nexus* “Agricultura, Alimentação e Nutrição” ficou mais evidente perante a relação entre imunidade e alimentação saudável. O contexto da pandemia e de uma crise ampla desafia em todas as direções o sistema alimentar corporativo a tornar-se mais

sustentável à medida que aponta para as ações coletivas, na forma de movimentos socioterritoriais, e para agroecologia como uma possível saída.

Quando analisamos os dados agropecuários do Pará e atentamos para o avanço da soja como um dos principais produtos do Agronegócio, conforme Sobreiro Filho (2019), observamos que entre 2010 e 2015 houve aumento em 294,45% na produção. Nesse mesmo recorte temporal, também houve aumento de 263,33% no número de casos notificados por intoxicação, segundo o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de populações Expostas a Agrotóxicos (2018). Ou seja, um crescimento proporcional ao avanço do Agronegócio.

É tendo em vista as problemáticas que rondam o projeto de agricultura capitalista inserida na questão da agrária da Amazônia paraense que enfatizamos a necessidade de pensar a agroecologia enquanto forma de resistência dos territórios camponeses. A disputa por uma agricultura que contemple a complexidade dos sistemas socioambientais se inicia desde o processo de luta ideológica até a ocupação de terras enquanto ação de territorialização dos camponeses atrelada à luta por condições favoráveis de praticar uma agricultura que seja sustentável, mas que acima de tudo garanta a soberania e a segurança alimentar.

Considerando a agroecologia enquanto uma pauta que cumpre função social, começamos a perceber a difusão do debate de conceitos como “ecologia dos pobres” e “ecodesenvolvimento” na disputa camponesa que além de objetivar a terra, passa a almejar também os territórios para a produção agroecológica (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005). Em virtude disso, entendemos que além de disputar os espaços e ser uma ação coletiva de política contenciosa, a agroecologia tem se tornado uma expressão do território camponês e que necessita dele para ser praticada, com o fito de promover oportunidades e possibilidades de produção, consumo, qualidade de vida e desenvolvimento de técnicas voltadas para tratar as crises socioambientais com um viés popular.

Assim, levando em consideração a questão agrária da Amazônia paraense, podemos afirmar que a transição agroecológica é um confronto político, uma vez que este “se atém às ações contra hegemônicas e organizações para além dos movimentos sociais marcadas pelo ataque e desafio do sistema hegemônico com o fito de propor novas alternativas” (SOBREIRO FILHO, 2016). Em confronto com os projetos agrícolas da razão neoliberal no Brasil, a agroecologia praticada pelos movimentos socioterritoriais camponeses deixa de ser somente uma forma de agricultura e se torna uma política contenciosa como estratégia de sobrevivência e resistência para o campesinato, que além de lidar com a violência na luta pela terra produz seu próprio alimento com o fito de evitar a intoxicação por uso e consumo de agrotóxicos.

Dessa forma, entendemos que estas são apenas breves reflexões sobre a agroecologia, pois ela está envolvida em uma rede complexa de questões ambientais, sociais, políticas, econômicas,

culturais e ideológicas, bem como na redoma da fronteira agrícola. Em virtude disso, provocamos sobre a necessidade de se aprofundar e debater o processo de transição agroecológica de maneira indissociável à intencionalidade do território em que é praticada. A valorização dos saberes locais acerca da agricultura e do extrativismo juntamente com as mobilizações coletivas de políticas socioambientais e solidariedade na troca de experiências agroecológicas são estratégias essenciais na construção e manutenção dos lotes e das identidades no campo da Amazônia.

4. Sistema agroecológico de produção orgânica (sapo): passos do movimento e da solidariedade territorial

O sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO) fica localizado na área rural do município de Castanhal, no nordeste do estado do Pará. O SAPO (Figura 1) se consolidou a partir de uma trajetória conjunta que se iniciou do campo para a cidade, protagonizada por Sebastião de Oliveira Lopes (Sr. Sabá), um camponês expropriado que se assalariou primeiramente no campo e mais tarde na cidade, e por Izabel Ferreira da Silva (Sr.^a Izabel), que foi doméstica e depois retornou à lida camponesa. Suas trajetórias políticas foram marcadas inicialmente pela participação no Movimento de Ananindeua (MOA) por meio da realização de ocupações e em seus espaços de socialização política. A partir das articulações do MOA ficou evidente que não era mais viável incentivar somente as ocupações urbanas, haja vista a falta de geração de empregos na cidade. Em consequência disso, o casal saiu do movimento para fortalecer a volta do campesinato da periferia para o campo. Assim, o MST, que existia apenas no sul do Pará, passou a refletir sobre suas intencionalidades e articular o debate de se territorializar no nordeste do estado.

Em 15 de novembro de 1998, dois anos após o massacre de Carajás, houve a primeira ocupação no nordeste paraense numa área que atualmente é reconhecida como o Assentamento João Batista, em homenagem ao deputado João Batista, figura política que deu o suporte necessário ao MST durante a ocupação. Esse processo se consolidou no âmbito da correlação de forças, numa área cercada pela produção de dendê do deputado Márcio Miranda (DEM).



Figura 1: SAPO – Espaços de transição agroecológica
Fotografia: José Sobreiro Filho

Atualmente, o assentamento João Batista tem 21 anos e ocupa uma área de 2.119 hectares no celeiro da União Democrática Ruralista (UDR) paraense, sendo esta uma entidade nacionalmente conhecida por defender os interesses das classes dominantes no campo (MENDONÇA, 2010). Destaca-se que território camponês em questão já foi uma famosa fazenda de extração de madeira, a Fazenda Bacuri, que pertencia a Domingos Rangel, articulador da UDR na região. Durante o processo de ocupação, o único quilombola que resistiu foi “*no cano da 20*”, como expressa Sr. Sabá ao contar sobre a disputa armada. Em outras palavras, isso é reflexo das políticas promovidas durante a ditadura militar que, na tentativa de criminalizar os movimentos de luta pela terra, promoviam uma reforma agrária de interesse elitizado, em que latifundiários e empresários eram favorecidos (MENDONÇA, 2010).

Dessa forma, para entender a origem, manutenção e resistência do SAPO tomamos como perspectiva a trajetória do casal, pois a consolidação do lote agroecológico se deu a partir do seu processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R): de camponês(a) à ocupação urbana; da ocupação urbana à ocupação rural. Somado a isso, buscamos entender o processo de apropriação da terra pelos camponeses, onde houve a produção e a reprodução de espaço e território: da pastagem à transição agroecológica.

Durante a aplicação da história oral no trabalho de campo, pudemos perceber que a relação homem-natureza no/do campo ultrapassa a lógica da exploração, dando ênfase na solidariedade e reponsabilidade ambiental. O cuidado com o ambiente e as ações cotidianas no lote camponês se

consolida na estrutura de divisão familiar do trabalho e prioriza a produção para a subsistência. Porto-Gonçalves (p. 16, 2017) evidencia que os povos amazônicos, numa condição de vida que se potencializa no envolvimento com recursos naturais “desenvolveram fazeres/saberes enquanto condições materiais de reprodução/criação e sentidos para a vida”. Assim, sobre a degradação ambiental no Pará, Sr. Sabá diz: *“a gente convivia muito com essa questão ambiental [...] Por orientação do próprio MST já fazia o debate da preservação ambiental, do convívio com os seres e a importância da vida. Isso já era o começo das coisas”*.

Como já foi apresentado anteriormente, o MST é um movimento que possui como pauta o debate ecológico, vinculado à soberania alimentar popular e territorial. A territorialização dos camponeses no nordeste paraense se iniciou com um acampamento, sendo esta uma etapa fundamental para o MST devido à socialização política camponesa. Assim, esse processo de configuração territorial (SANTOS, 2017) que se iniciou com a chegada dos sem-terra começou a modificar a paisagem, a criar relações de identidade com o lugar e consequentemente a traçar as intencionalidades do território que partiram desde a escolha das sementes crioulas até a eleição da forma de manejo. O território camponês passou por uma transformação política, cultural e física até a consolidação do SAPO. Assim, o lote construiu sua história se caracterizando pela diversidade produtiva e pelo processo de transição agroecológica, mas também relacionado à qualidade de vida no ambiente:

A outra questão veio pelo que a gente passava. Quando nós chegamos aqui era só pasto. Então a gente ficava assim debaixo de uma lona preta, num pasto aberto e num verão. Aí era muito castigante o que a gente sofria com a temperatura. [...] É uma tradição do pessoal aqui do Norte fazer esses quintais. Começar a colocar mudas, plantas e outras coisas para fazer sombreamento de quintal. A gente foi fazendo essa questão. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)

Percebe-se na fala do Sr. Sabá a expressão de suas territorialidades como um sujeito que reconhece sua identidade amazônica e princípios ideológicos sobre um modelo de produção agrícola responsável como alternativa ao agronegócio. Ainda reforça que o suporte acadêmico foi essencial para aprimorar os conhecimentos acerca das técnicas agroecológicas e se organizar estrategicamente contra o capital. Dentre as ações proporcionadas através dessa política de parceria com as instituições, durante o tempo de pesquisa, estava em construção um tanque para a criação de tilápia e, dentre outros, já havia um minhocário e um viveiro de mudas (Figura 2) que cumpriam função indelével no âmbito de prestar solidariedade aos territórios em transição.

O viveiro foi desenvolvido a partir de parcerias com o Instituto Federal do Pará (IFPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), e se tornou uma de suas principais referências compreendendo a multidimensionalidade do processo agroecológico, bem como assumindo protagonismo face à razão capitalista lastreada no monocultivo e na transgenia. O viveiro, que tem

capacidade para 10 mil mudas por ano, se tornou uma das maiores expressões de solidariedade territorial praticadas pelo movimento, uma vez que ele proporciona a troca de mudas em eventos e entre os assentamentos, acampamentos e vilas vizinhas:

Na questão de estrutura, por exemplo, de mudas, de coisa né. A gente já consegue atender outras famílias. Porque nós temos o viveiro de mudas aqui e ele é pensado para isso né. Para dar suporte para a comunidade. Então tem as famílias que trabalham diretamente, mas independente nós também vamos auxiliando outras famílias. E outra questão também é da gente fazer sempre o debate com as famílias né. Às vezes eles perguntam para o Márcio como funciona. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)



Figura 2: Viveiro de Mudas
Fotografia: José Sobreiro Filho

Isso reforça que o processo de desenvolvimento popular que envolve o campo se relaciona e depende de diferentes pautas de lutas que são levantadas pelos movimentos socioterritoriais, evidenciando a importância do ensino e da ciência, ou seja, a agroecologia é também um processo de educação:

Com os estudos e com orientação do campo universitário a gente foi começando a entender o que seria. Embora não seja um processo definido. A agroecologia tem que ser isso, é assim ou tem que ser assim. Nesta questão é que foi começando a fazer já esse processo. Por exemplo, essa parte aqui que nós chegamos logo, no lote, você vê que é meio aleatório. Ela não tem adequadamente o espaçamento. Ela tem várias espécies, mas não está dentro de um padrão. Mas a gente foi fazer isso.
(Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)

É evidente na fala do Sr. Sabá que já havia uma noção do que o coletivo camponês pretendia, na qual o processo de transição agroecológica se iniciou espontaneamente objetivando produzir o próprio alimento e para arborizar o ambiente na tentativa de controlar a temperatura. Muitos camponeses já conheciam a prática agroecológica, mas não tinham a base política fundamentada. Este debate político é essencial para a agroecologia, uma vez que a mesma necessita dos territórios para ser praticada.

Não obstante, Caporal (2011, p. 93-94) enfatiza que além das práticas agrícolas o processo de transição agroecológica “trata-se de mudanças em um processo político, econômico e sociocultural [...] mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados”. É uma luta contra o avanço do capital, na qual a responsabilidade com as diferentes formas de vida e a solidariedade ultrapassam as fronteiras do lucro e acumulação. Assim, o movimento traça uma estratégia contra o pasto e o “Agronegócio”, consolidando o SAPO:

Em 2007 nós fizemos um grande debate no setor de produção do MST, lá no SEFAC. E lá, justamente, nós fomos analisar que nós vivíamos no enfrentamento dos minifúndios começar a se apropriar das áreas. Ou seja, trazer o gado, arrendar terra, negociava a terra né e aí seria uma coisa que vinha enfraquecendo muito os territórios. Houve lá um consenso da gente começar a organizar os coletivos de resistência camponesa. Esse coletivo tinha que se dar nessa coisa porque analisando muito grosseiramente, mas dentro de uma previsão, se a gente plantasse essas plantas nativas da Amazônia (cupu, cacau e as outras que estão aí), os minifúndios não tinham muito interesse nesses espaços porque eles queriam o pasto. Aí a gente foi fazendo esse processo aqui. E aqui a gente foi debatendo com outros companheiros. Gente de outras áreas e como a gente poderia fazer isso não somente para ser uma visão aqui desse lote, mas que fosse uma questão que a gente fixasse o debate mais amplo e que a gente fosse se expandindo. E aí veio a questão da gente pensar esse sistema agroecológico de produção orgânica. Aí colocaram SAPO. Então foi nessa concepção de que não bastaria necessariamente ter o lote todo modelado, mas seria a questão política forte dessa questão. Fazer o debate. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST-PA, ago. 2019)

4.1. Sapo – dificuldades e desafios

O lote agroecológico enfrenta problemas com a prefeitura em termos de políticas ambientais, de saúde, de educação e de incentivos produtivos. Há um distanciamento muito grande entre os pequenos produtores locais e a esfera governamental na qual a ausência de suporte do poder público afeta diretamente no desempenho da produção e do escoamento. Este é um problema recorrente ao se tratar da política representativa, pois desde o Governo Castelo Branco existem tentativas de transformar o camponês em empresário rural (MENDONÇA, 2010), ou seja, se o campesinato não atende à razão neoliberal, o Estado e o capital tentam eliminá-lo e/ou metamorfoseá-lo através da ausência de políticas públicas para os camponeses.

Entretanto, como apresenta Fernandes (2015) e Sobreiro Filho (2016), as políticas públicas podem ser promovidas pelos movimentos socioterritoriais através de ações políticas como as ocupações de terra. Nesse sentido, entendemos a agroecologia como ação coletiva e de resistência nos territórios camponeses que tem sentido explícito de uma política de produção-consumo e que, embora invisibilizada, vem cumprindo sua função social de fornecer alimentos de qualidade à população. Na Agroecologia amazônica o camponês convive com a fronteira destrutiva e permeável, e sendo fruto dos saberes das florestas, dos povos africanos, indígenas e imigrantes que cultivam plantas nativas para resistir e se reproduzir em seus territórios:

O importante é que vocês assegurem uma linha política nessa questão. Porque aí vocês vão fazendo acontecer os espaços, o reflorestamento, essas coisas tudo e a política assegura a consciência do sujeito no território. Aí é o que a gente vem fazendo. Castanhal é um grande celeiro dos insumos externos. Justamente isso cai muito na mão dos agricultores, mesmo os agricultores familiares. O certo é ir acompanhando essa questão [...] E o mais importante é que com a ajuda voluntária das pessoas, dos agrônomos, dos outros técnicos a gente vai conseguindo dar essa resposta de que é possível. O que é mais importante. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)

Nessa fala, Sr. Sabá reforça mais uma vez a necessidade da organização coletiva no processo de transição agroecológica na Amazônia, que é inerente às ações de resistência e de confronto efetivadas entre o MST e seus aliados. Por confrontar a lógica capitalista não há uma política nacional ou local voltada ao desenvolvimento da agroecologia. O desafio financeiro se consolida pela ausência de políticas públicas que os invisibilizam. Por exemplo, o município de Castanhal só oferece um pacote agrícola hegemônico, somado às dificuldades de obtenção das sementes crioulas. Em virtude disso, é fundamental pensar que a Amazônia paraense tem diferentes formas de promover a agricultura e que estas disputam a dimensão política.

O SAPO é uma unidade experimental e a força produtiva do lote se constitui a partir da esposa, do marido e do filho, numa divisão familiar do trabalho, a qual Chayanov (1974) já explicava que esta não se constitui sob a razão capitalista. Sr. Sabá relata que, apesar das dificuldades, o SAPO fornece a subsistência necessária para a família: “a gente não encontra essa dificuldade da alimentação”, mas acrescenta sobre a falta de políticas públicas:

A gente também não tem incentivo do gestor municipal no acolhimento dos produtos camponeses, ou seja, você vai daqui para Castanhal e vende o seu produto como tudo igual para o atravessador. Não tem a especificidade dessa questão agroecológica. Você vende agroecológico ou não pelo mesmo valor. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)

A luta pelo reconhecimento se faz cotidianamente nos lotes agroecológicos. Apesar de cumprirem a função social, a disputa pelo mercado em uma região que está sendo apropriada cada

vez mais pelo agronegócio também se consolida enquanto desafio para o MST. Dessa forma, entre o visível e o invisível, os camponeses se articulam pela viabilidade econômica:

Nesta questão econômica, nessas coisas, a gente ainda não pode dizer que a gente atingiu o suficiente para as necessidades básicas ainda não. Assim, diretamente se for pensando no econômico de uma forma. Mas a gente economiza muito na questão do não gastar com o mercado porque a gente produz. E olhando por esse lado se eu tenho, eu não compro. Então isso já dá um bom resultado, já dá uma boa receita. Mas eu acho que foi aquela questão de que a gente teve muita paciência de saber que o passo seria lento e hoje em dia a gente já vai se estabilizando melhor. (Relato de Sabá, Militante do MST e Membro do setor de produção e Meio Ambiente do MST- PA, ago. 2019)

Entende-se que a resistência pelo modo de vida camponês e pelo direito e acesso à alimentação saudável prevalece com relação às imposições do modo capitalista de produção e ao avanço da fronteira do capital no campo do nordeste paraense. A solidariedade agroecológica se torna, então, fator essencial para o fortalecimento dos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais, especialmente porque o SAPO veio a ser uma das principais referências de produção camponesa do MST em virtude da troca de experiências, sementes, mudas e estímulo à produção de alimentos saudáveis para a população.

5. Lapo – lote agroecológico de produção orgânica

O Lote Agroecológico de Produção Orgânica fica localizado na ilha de Mosqueiro, Distrito de Belém no estado do Pará. Atualmente o LAPO (Figura 3) pertence a Teófila, dona Téó, uma camponesa de 67 anos que mantém o lote exclusivamente através de sua força de trabalho. O lote possui 4 hectares e mais de 100 espécies de plantas, sendo considerado também como uma das principais referências agroecológicas na Amazônia paraense.



Figura 3: Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO)

Fotografia: José Sobreiro Filho

Antes da ocupação do MST, caracterizada por quatro despejos com cavalaria, queima de barracos e uso de cães, a área do assentamento era a Fazenda TABA (Táxi Aéreo de Belém), área de monocultivo de coco. Havia na fazenda uma grande degradação ambiental e extração de minérios que estavam acompanhados de espaços, segundo relatos, voltados à prostituição infantil. O LAPO foi constituído por volta de 2003 no assentamento Mártires de Abril. Dona Téó também foi integrante do MOA e posteriormente entrou para o MST. Seu marido, que era uma liderança no movimento, foi assassinado com dois tiros dentro do lote por um usuário de drogas e desde então dona Téó decidiu manter e avançar com o LAPO, bem como desenvolver sua emancipação como mulher agricultora camponesa.

5.1 uma mulher e um lote: quando uma totalidade é vista aos pedaços

A mulher, independentemente do espaço ao qual esteja inserida, seja no campo, na cidade, nas águas ou nas florestas, convive com um processo que caminha a passos lentos na superação do patriarcado. Observamos nos debates em algumas das correntes feministas, cujas denominações variam entre feminismo classista, marxista ou radical, um argumento comum sobre o sofrimento das consequências de um machismo que surge e é reforçado com o advento do modo capitalista de produção. O trabalho doméstico; a reprodução da vida e da mão de obra; os cuidados com a saúde da família; a preocupação com a alimentação etc. são apenas algumas das atividades que são

socialmente invisibilizadas e destinadas às mulheres, às quais a sociedade não se atém ao exercício de refletir sobre as imposições e/ou na retirada de opções num mundo que ainda se baseia na divisão sexual do trabalho.

Apesar do terrorismo da caça às bruxas ter tido formalmente um fim no século XVII, suas consequências ultrapassaram as fronteiras físicas e estão enraizadas em todos os lugares onde se impera a conjuntura atual do neoliberalismo. Federici (2017; 2019), Pateman (1988), Saffioti (2013), ao explicarem a condição da mulher no mundo, enfatizam que o sistema capitalista possui em sua fundamentação o patriarcado que além de subjugar os corpos objetiva reproduzir a mão de obra e reforçar um estereótipo dominante (homens) na constante busca pelo poder, e por isso não tem interesse em eliminar o machismo. Assim, como apresenta Cecília Toledo (2008) e Federici (2019), há mulheres que compactuam com sistema traçando apenas uma trajetória de disputa por reconhecimento no mercado de trabalho. Embora existam mulheres que se comprometem a reverter as imposições socialmente construídas de que existe um papel da mulher e que ele se resume ao trabalho doméstico, maternidade, padrões de beleza com a finalidade de satisfazer homens e vender seus corpos.

Entretanto, percebemos que as mulheres estão cada vez mais disputando espaços e territórios, bem, como promovendo políticas emancipatórias (FERNANDES, 2015) de valorização do trabalho feminino e pela vida, seja impulsionada pela classe, seja pela sororidade. No caso da camponesa, os desafios se dão pela violência no campo, na qual a Amazônia paraense tem historicamente ocupado posição de destaque (SOBREIRO FILHO, 2019) e na luta pela superação do patriarcado. Para além da pauta agroecológica, a Via Campesina também levanta a bandeira do reconhecimento das mulheres, bem como o MST propõe em suas políticas incentivos à participação política e a visibilidade do trabalho feminino.

Assim, a dona Téio tem um cotidiano inserido no que Nancy Fraser (2006, p. 232) caracteriza em “lutas por reconhecimento, voltadas para remediar a injustiça cultural, e lutas por redistribuição voltadas para compensar a injustiça econômica”. Isso se evidencia a partir da compreensão de que a existência do LAPO, sendo mantido por uma mulher, descortina um combate permanente contra o machismo no campo, pois apesar das propostas dos movimentos, a emancipação e a superação do patriarcado é um processo lento e que depende da colaboração coletiva para se efetivar. Não é possível confrontar significativamente o patriarcado sem questionar os fundamentos político-econômicos do seu desenvolvimento. O LAPO é um território que ao mesmo tempo em que confronta o sistema pela ocupação também desafia a organização social da produção e do trabalho desde a prática agroecológica, corroborando a partir da gestão social da produção e do trabalho realizado por uma mulher o caráter subversivo que a agroecologia atribui

ao “papel delas” no desenvolvimento, bem como sua influência em processos de descolonização do imaginário e despatriarcalização (DILGER e LANG, 2018).

Durante a consolidação do LAPO, Dona Téó foi invisibilizada pela lógica da divisão sexual do trabalho, sempre estereotipada na condição de “ajudar” o marido. A invisibilidade é um dos primeiros graus de violência cometidos contra as mulheres do campo. O lote e as relações de troca entre a comunidade permitem que dona Téó mantenha a sua subsistência e faça compras mínimas para manter sua existência, sendo este o primeiro passo de emancipação feminina (FEDERICI, 2017). No entanto, com a hegemonia da lógica mercadológica e patriarcal, ela também foi assediada pela comunidade várias vezes para vender o lote após a morte do marido: como se apenas a figura masculina tivesse vínculos com a terra. Acreditava-se que uma mulher, julgada pelo seu gênero, não seria capaz de liderar um lote agroecológico como o LAPO e, desse modo, a camponesa levada pela pressão social teve pensamentos como: *“Será que eles têm razão?”*; *“Uma mulher só!”*; *“Acharam que eu não ia dar conta”*; *“Eu era invisibilizada”*; *“Eu fazia as coisas e não aparecia...”*; *“Eu ficava na posição de ajudar”*; *“A falta de renda no campo fazia as mulheres se tornarem dependentes”*; e *“Foi muita dor perceber que as pessoas tinham pena de mim porque eu não seria capaz”*.

Tais pensamentos acompanhados do isolamento, fomentado pela morte do marido, e somados ao fato de ter que “tocar” o lote atrapalhou temporariamente sua sociabilidade. Isso é explicado por Saffioti (2013) quando analisa as construções sociais sobre a desvalorização do trabalho feminino na sociedade patriarcal, o que consequentemente acarreta na insegurança da mulher pelo medo do fracasso, devido às imposições do sistema hegemônico e machista que historicamente excluiu as mulheres das oportunidades sociais. Entretanto, as cobranças e as subestimações sociais estimularam a dona Téó tanto ao questionamento individual quanto coletivo, acarretando no estímulo a resistir com o LAPO, amparada pela solidariedade do MST.

O LAPO se tornou um local de reuniões das mulheres camponesas, onde fazem debates políticos e trocam experiências através de oficinas que segundo os fundamentos de Massey (1994), o caracteriza como um espaço influenciado pela perspectiva do debate de questão de gênero e feminismo, ou seja, de resistência feminina. Levando em consideração as atividades realizadas no lote, atualmente o LAPO é também um território de política contenciosa e formação política (consciência de classe e gênero), considerando que a existência do lote estimulou e fortaleceu outras mulheres. A pauta de luta se regionalizou com o Coletivo de Mulheres de Produção Camponesa (AMACAMPO), criado pelas mulheres camponesas do Pará que praticam agroecologia e produzem produtos artesanais, na qual Dona Téó faz parte e tornou o LAPO uma referência. Ademais, também compreendeu que o lote se tornou público e fortaleceu um poder simbólico para as camponesas enquanto totalidades, processos de totalização (SANTOS, 2017) e emancipação

feminina. Com toda sua trajetória de organização e luta, emocionando-se após falar do machismo, a camponesa disse: “as mulheres se reergueram no assentamento”. O lote de Teófila se tornou um espaço de ação e política emancipatória das mulheres ao passo em que evidenciou as contradições dos estereótipos ainda nos processos de conversão à agroecologia. A escolha das sementes, o cultivo, o extrativismo, a criação de animais já são atividades que percebemos ser praticadas pelas mulheres do campo, que por vezes não são reconhecidas.

Dona Téo, que tanto recorreu ao coletivo do MST em seu momento de vulnerabilidade, tornou-se um suporte para o movimento, seu território solidário e uma das lideranças do setor de gênero no Pará. Vive uma militância duplamente permanente da luta de classes e contra o patriarcado, sendo capaz de suportar, em suas palavras, cotidianamente uma “tripla jornada de trabalho”, entre sua casa, o lote e a militância. A camponesa, que divide suas atividades entre viagens da militância e as ações no lote, destaca que a participação em eventos proporciona a troca de experiências e a distribuição de mudas e sementes para fortalecer outros territórios. O LAPO que já forneceu mudas e sementes para a África do Sul e para a Noruega, não é mais somente um espaço de produção, mas também um lugar de troca de ideias, sementes, mudas, bem como produção de remédio, alimentos e conhecimento.

“A falta de renda no campo fazia as mulheres se tornarem dependentes”, expressa dona Téo durante a entrevista. Em seguida complementa: *“Precisamos romper as barreiras do machismo e do patriarcado para fazer agroecologia [...] Foi muita dor perceber que as pessoas tinham pena de mim porque eu não seria capaz”*. No entanto, com a visibilidade do LAPO em sua diversidade produtiva, as práticas de solidariedade agroecológica se tornaram cada vez mais presentes. Portanto, com o desenvolvimento do LAPO e a solidariedade articulada com o MST, Dona Téo iniciou um processo de rede agroecológica solidária e emancipatória na qual se uniu a outras mulheres camponesas, bem como reconheceu e difundiu a importância do trabalho feminino no campo: *“Haviam muitas mulheres que eram reprimidas e eu me juntei a elas”*.



Figura 4: Farmácia agroecológica. Fotografia: José Sobreiro Filho

Com o objetivo de evitar a indústria farmacêutica e avançar na valorização, preservação e reprodução dos saberes tradicionais, a camponesa também desenvolveu no LAPO uma farmácia agroecológica (Figura 4). Em confronto ao agronegócio, defende a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, pois desde o início do lote houve o pacto: *“ninguém vai usar veneno, vai ser orgânico”*. Dessa forma, ratifica que saúde e agroecologia caminham juntas, sem divergir das ideias apresentadas por Brandenburg (2002) e Sevilla Gusman e Molina (2005). Segundo esses autores, a agroecologia tem feito surgir entre os camponeses e as camponesas um caminho efetivo na subsistência e qualidade de vida, uma vez que traz consigo a proposta da segurança e soberania alimentar enquanto um projeto do povo para o povo. E é nesse sentido que dona Téó defende a agroecologia enquanto forma de resistência: *“Não somente como uma forma de se alimentar, mas como luta de classe”*.

“A gente presta serviço para a humanidade e natureza”, diz Dona Téó. E reafirma a responsabilidade com a natureza: *“Não é somente a saúde das pessoas, mas também das plantas”*. Assim, iniciou com um cinturão envolta da casa e algumas outras plantas foram surgindo até transformar o LAPO. Destaca também que no início do assentamento ninguém sabia o que era agroecologia, mas queriam produzir de uma *“forma natural”* e em *“equilíbrio com a terra”*. Neste contexto, entendemos que a agroecologia é uma política contenciosa que abarca a autonomia/emancipação (classe, gênero, saber, raça-etnia, corpo etc.), alimentação, saúde e trabalho. Por fim, como uma mulher camponesa, Dona Téó reafirma: *“Eu descobri o meu papel e os outros precisavam me ouvir [...] o meu lote é o meu escudo”*.

6. Um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento socioterritorial é possível?

Os processos de mudança relacionados ao desenvolvimento socioterritorial pensados a partir do LAPO e do SAPO, no contexto da política de escala, permite compreender como que a autonomia é processualmente construída no **nível micro**: a partir do espaço cotidiano: trabalho, família produção e sociabilidade; no **nível meso**: desde o espaço da ação coletiva: movimentos, cooperativas, associação, redes e ações de grupos e no **nível macro**: com o espaço da ação política societária, das lutas gerais contra fragmentação, pelas novas gerações, pelo outro e pelo planeta. Estes três níveis de análise abrangem o entendimento do território multidimensional, pois o território abarca a totalidade e o conjunto das contradições produzidas pela sociedade, ao mesmo tempo que pode agir como condicionador dessas contradições (PEDON, 2013, p. 185). Na perspectiva da Geografia, o território assume um significado vinculado à projeção espacial do poder, diferente das instituições governamentais, que o tem como um instrumental estratégico e normativo (PEDON, 2013, p. 182).

Neste contexto, o sentido simbólico, cultural, político e ecológico contido no conceito de desenvolvimento socioterritorial, atrelado às políticas territoriais contenciosas possíveis desde a agroecologia a partir das experiências abordadas, não deve ser confundido com o ecotecnocrático da sustentabilidade incorporado em propostas concretas de intervenção do Estado, a exemplo do programa Leader, na União Europeia, e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), no Brasil, onde existe uma excessiva valorização dos processos econômicos e o território é visto apenas como área, extensão ou superfície, ou seja, desprovido do sentido de transformação social.

No bojo deste processo, a agroecologia é um dos únicos sistemas produtivos que interpretado sobre a perspectiva teórica de Polanyi, oferece possibilidades de promover a reincrustação da desincrustação da sociedade, pois permite desfazer ajustes espaço-temporais hegemônicos, impostos pela lógica do agronegócio e do regime alimentar corporativo. O papel que os movimentos socioterritoriais assume desenvolvendo territórios materiais e imateriais e promovendo reincrustações significativas ainda não é algo claro para o conjunto da sociedade que quase nunca relaciona tais esforços a questão do desenvolvimento. Outro fator é que a lente de análise dos conceitos de desenvolvimento em vigência, em sua maioria construídos desde a perspectiva marginalista da economia, não permite compreender a imprescindibilidade dos processos de desenvolvimento desencadeados a partir da relação homem-natureza, desde os territórios camponeses. Do ponto de vista da Geografia, ainda não temos uma categoria de análise ou conceito que permita compreender as interações entre luta pela terra, na terra, movimentos

socioterritoriais e agroecologia. Portanto, cremos ser pertinente investir no debate sobre desenvolvimento socioterritorial com instrumento de análise onde convergem os princípios da agroecologia com os da luta política de movimentos como MST. O conceito de desenvolvimento socioterritorial trabalha processualmente esta relação intrínseca entre sujeitos e desenvolvimento, percorrendo um caminho teórico-metodológico, desde a leitura da Geografia sobre a relação homem-natureza, que permita clarificar a importância dos movimentos e diferentes repertórios de luta na defesa de pautas de natureza civilizatória, contestando um modo de produção que ameaça a existência humana.

Advogamos que a agroecologia, vista desde o pensamento de Polanyi, devolve tanto aos camponeses quanto a sociedade o controle desta relação social, sequestrada pela crença do mercado auto regulável, construída ao longo da formação das sociedades Pós-Industrial, período em que ocorreu a desincrustação da economia da sociedade. Se é verdade a tese central de Polanyi de que não existe mercado livre; nunca houve, nem pode haver, então devemos considerar as diferenças da economia no sentido substantivo e no sentido formal, ou seja, devemos questionar a “sociedade de mercado” que ameaça a - humana - e os bens comuns, bem como retomar a ideia de um - mercado das sociedades -, onde será possível resgatar tudo o que torna a vida social possível, incluindo ar e água, educação, assistência médica e segurança.

O conceito de desenvolvimento socioterritorial permite refletirmos sobre aspectos mais gerais das experiências agroecológicas camponesas em andamento em todo o Brasil. Embora incipientes, estas experiências são uma alternativa desde uma nova ordem alimentar construída por e a partir do campesinato. Creemos que entender estas experiências como uma questão de desenvolvimento socioterritorial é fundamental tanto no aprofundamento teórico quanto no diálogo com a sociedade e no aprimoramento de políticas públicas.

Baseada nos princípios da reciprocidade e da confiança e sem a pressão do “*price making markets*”, os agricultores podem se dedicar de forma livre a produção de alimentos agroecológicos. A agroecologia e a mediação das relações sociais entre produtores e consumidores permitem desfazer ajustes temporais hegemônicos, impostos pela lógica do agronegócio e do regime alimentar corporativo.

O rompimento com os ajustes espaço-temporais hegemônicos permite emergir novas formas de produção do espaço baseadas nos princípios da igualdade e inclusão. Estas formas também dialogam com outros dois conceitos de Polanyi, “*embeddedness*” (incrustação) e “*(dis)embeddedness*” (desincrustação). Em resumo, ambos tratam da incrustação (relações de mercado baseada na vontade dos homens), por exemplo o modelo agroecológico, e da desincrustação (mercado com vida própria, desvinculado das demais instituições sociais e da vontade dos homens),

como o modelo do agronegócio. A incrustação da economia implica que esta esteja submersa nas relações sociais, ou seja, que não constitua uma esfera desvinculada e autônoma em relação à sociedade. As experiências agroecológicas trazidas ao debate a partir do LAPO e do SAPO permitem visualizar como ocorre o processo de reincrustação entre economia e sociedade a partir do contra-movimento realizado pelos movimentos socioterritoriais do mundo inteiro, contestando a desincrustação enquanto fenômeno criado pela sociedade Pós-Industrial, baseada no poder de coerção do mercado enquanto esfera autônoma e auto regulável (Polanyi, 2000).

Este breve debate tem como objetivo, ainda que de forma parcial visto que trata-se de um conceito em fase de desenvolvimento, apresentar como que as transformações socioterritoriais implicam numa evidente correspondência entre a luta dos movimentos e o desenvolvimento dos territórios a partir de um modelo social de gestão da produção e do trabalho baseado nos princípios agroecológicos. Como os impactos das transformações agroecológicas nos assentamentos transcendem a escala do lote, o conceito de desenvolvimento socioterritorial permite contestar relações de poder para além do território do assentamento, pois abrange mudanças na escala micro, meso e macro. O edifício teórico deixado pela obra de Polanyi permite através da reinterpretação dos conceitos de contra-movimento, “embeddedness” e “(dis)embeddedness” discutir a importância dos movimentos na luta pela desmercantilização dos bens comuns e demais temas que representam ameaças existenciais para a humanidade. Da mesma forma, nas ciências sociais, onde temos uma Sociologia do Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento socioterritorial também nos permitiria pensar em um Geografia do Desenvolvimento a partir do edifício teórico até então construído no interior da ciência geográfica por e partir das lutas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

7. Problematisações finais

Como uma breve reflexão feita sobre a agroecologia na Amazônia paraense evidenciamos que ainda há muitas questões a serem trabalhadas na ciência geográfica para compreender a complexidade das relações espaço-temporais que permeiam os conflitos da região. Assim, pontuamos algumas problematisações que devem ser exploradas com maior atenção: 1 - A agroecologia é um complexo (alimentar, social, político, farmacológico etc.); 2 - A solidariedade é um dos atributos da Agroecologia – “Solidariedade territorial”; 3 – Dentre a ampla diversidade de políticas contenciosas promovidas pelos movimentos socioterritoriais, a agroecologia tem apresentado a maior aptidão de transformação das relações socioterritoriais.

Além disso, a Agroecologia busca proporcionar qualidade de vida na cidade e no campo. Consta-se que os lotes analisados ainda não alcançaram a autonomia financeira, a partir da renda

monetária, no que pesem serem auto-sustentáveis do ponto de vista da renda de autoconsumo (CHAYANOV, 1974), complementadas por rendas não agrícolas como aposentadorias. Essa combinação garante qualidade de vida, superior a de diversos assentados.

A agroecologia é uma questão territorial na Amazônia e a ausência de políticas agroecológicas é um dos seus principais dilemas, pois os grandes projetos de desenvolvimento que pensam a região são relacionados a expansão da fronteira agrícola. A Agroecologia também é um meio de superação de conflitos e problemas internos e externos ao espaço produtivo. Ademais, os lotes analisados são territórios e lugares simbólicos para a região nordeste do Pará.

A escala da prática agroecológica ainda é bastante tímida, mas associadas a outras experiências de igual teor e relevância no Brasil e no mundo germinam processos de desenvolvimento territorial a partir da luta dos movimentos. Compreende-se que também é uma luta pela resistência da dieta alimentar amazônica, na qual território natureza, vida e saúde estão diretamente vinculadas: *“é melhor fazer remédio em casa”* (Teófila). Entretanto, os camponeses ainda enfrentam dificuldades para construir seus próprios mercados envolvendo produção e venda direta a consumidores a partir de circuitos curtos de comercialização. A agroecologia trata-se de uma poderosa política contenciosa que perante a necessidade de revisão do padrão hegemônico de produção do espaço ganha cada vez mais adeptos. Isso quer dizer que o campesinato guarda consigo a possibilidade de uma outra forma de organização social da produção e do trabalho (POLANYI, 2000) e de um tipo de produção do espaço baseado nos princípios da igualdade e inclusão.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Presidente Prudente: Revista NERA, ano 13, n. 16. p. 22-32, 2010.
- BERNSTEIN, H. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. *The Journal of Peasant Studies*, 43(3), 2016.
- BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico:** Trajetórias, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, n. 6. p. 11-28. jul. /dez. 2002.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia:** Uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F, R; AZEVEDO, E. O de (Org). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. Paraná: IFPR, 2011.

- CASTRO, E. **Política nacional de infraestrutura para a Amazônia**: Renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. In: ARAGÓN, L. E.; Staevie, P. M (Org). Desenvolvimento, Integração e Conservação da Pan-Amazônia. Belém: UFPA; NAEA, p. 241-256, 2016.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.
- COSTA, M. B. B. da. et al. **Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015**. Agroecología, Murcia: Universidade de Murcia/Facultad de Biología, v. 10 (2), p. 63-76, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.) Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 122-139, 2018.
- FAO - *Food And Agriculture Organization Of The United Nations*. **The state of food security and nutrition in the world**. 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In J. Souza (Org.), Democracia hoje. Brasília: Ed. UNB, p. 245-282, 2006.
- FRIEDMANN, H. Comentário: Análise do regime alimentar e questões agrárias: ampliando a conversa, *The Journal of Peasant Studies*, 43: 3, 2016.
- FERNANDES, B. M. **Políticas públicas e questão agrária: Bases para o desenvolvimento territorial camponês**. In: RAMOS FILHO et al. Estado, Políticas Públicas e Território. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- _____. **Sobre a tipologia de territórios**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES et. al. **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. Boletim DATALUTA. Presidente Prudente, n. 109, p. 2 – 16, jan. 2017.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Programa Queimadas**. 2020.
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental Da Amazônia**. Brasília: IPAM, 2019.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

- LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge & Kegan Paul, 2003.
- IBAMA. **Relatório de Comercialização de Agrotóxicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Brasília: IBAMA, 2018.
- MARTINS, J. de S. **O tempo da fronteira**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MASSEY, D. ***Space, Place, and Gender***. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994
- MASSEY, Doreen. **Imaginando a globalização**: geometrias de poder de tempo-espço. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis–SC, 3(5), 142-155, 2007.
- MCMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. *J. of Peasant Studies*, 43(3), 2016.
- MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil**: Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stedile (org). 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MÉZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Boitempo: São Paulo, 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde, 2018.
- PAHNKE, A. **Institucionalizando economias de oposição: explicando e avaliando o sucesso das cooperativas do MST e do repovoamento agroecológico**. *The J. of Peasant Studies*, 42: 6, 2015
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.
- PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**. São Paulo: Nobel, 2002.
- HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**. Belém: EDUFPA, 2004.
- REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA: Brasil 2017**. Pres. Prudente: NERA, 2018.
- RIBEIRO, N. de F. **A Questão da Geopolítica na Amazônia**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- SAFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: USP, 2017.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais as Contentious Politics*. Livro 2020 (Inédito).
- SCHMINK, M.; WOOD, C., H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: UFPA, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário.** La Paz: AGRUCO-CDE-NCCR-PLURAL, 2011

_____. **La participación en la construcción histórica latinoamericana de la Agroecología y sus niveles de territorialidad.** Política y Sociedad, 2015. 52, pp. 351-370.

_____; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Expressão Popular: São Paulo, 2005.

SMITH, Neil. **Geografía, diferencia y las políticas de escalas.** São Paulo: Terra Livre, 18, n. 19, p. 127-146, 2002.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à Construção de uma Teoria Geográfica sobre Movimentos Socioespaciais e Contentious Politics: Produção do Espaço, Redes e Lógica-Racionalidade Espaço-temporal no Brasil e Argentina.** 440 f. Tese (Doutorado) – UNESP/FCT, Pres. Prudente, 2016.

_____. **Disputa e violência em carne, ossos e territórios na Amazônia paraense: assassinatos, confrontos políticos e movimentos socioterritoriais.** In: Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2019.

SOBREIRO FILHO, J. et. al. **O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo.** NERA– Artigo DATALUTA: fevereiro de 2018.

TARROW, S. **O poder em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **Acción colectiva.** Apuntes de Investigación del CECYP, n. 6, p. 9-32, 2000.

TOLEDO, C. **Mulheres: O Gênero Nos Une, A Classe Nos Divide.** Marxismo e Opressão. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

TRAVERSO, E. **The new faces of fascism: populism and the far right.** London: Verso, 2019.

WOLFORD, W. et. al. **Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land.** Development and Change, 44: 189-210, 2013.

YE, J.; PLOEG, J. D. Van der; SCHNEIDER, S.; SHANIN, T. **The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalismo.** The J. of Peasant Studies, 47: 1, 2020.